

"Se não tem quem faz o trabalho de casa, não tem quem faz o trabalho da roça": gênero, trabalho e agenciamentos cotidianos em Jaguari – RS¹

"If there is no one to do household tasks, there is no one to do the work in the fields": gender, work, and daily interplays in Jaguari – RS

Renata Piecha²
renatapiecha3@gmail.com

Maria Catarina Chitolina Zanini³
zanini.ufsm@gmail.com

Resumo

Este artigo visa refletir acerca do cotidiano de trabalhadoras rurais do interior do município de Jaguari, região central do Rio Grande do Sul. Por meio da análise etnográfica, buscaremos apresentar, inicialmente, os percalços que envolvem os papéis sociais atribuídos a essas trabalhadoras enquanto mulheres e camponesas. Em seguida, voltamo-nos à esfera do trabalho feminino, compreendendo a divisão sexual do trabalho no mundo camponês em questão, destacando a jornada laboral dessas camponesas tanto na esfera reprodutiva quanto na sua participação ativa no âmbito produtivo. O trabalho delas, em ambas as esferas, não é reconhecido, o que tende a minar a autonomia dessas mulheres, privando-as do acesso a algum tipo de ganho monetário. Por fim, analisaremos as formas de agenciamento, ou ainda, as formas de resistência cotidiana, isto é, as estratégias que essas camponesas adotam para obter certa autonomia, econômica sobretudo, nesse espaço marcado pelas hierarquias e desigualdades de gênero. Essas resistências ocorrem mediante a confecção e comercialização das quitandas, um compilado de produtos atrelados à esfera de trabalho dita feminina, que possibilita às mulheres de Rincão dos Alves se colocarem como agentes ativos e geradores de renda.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres Camponesas. Trabalho. Agenciamento.

Abstract

This article aims to reflect on the daily life of rural workers in the interior of the municipality of Jaguari, in the central region of Rio Grande do Sul. Through ethnographic analysis, we will try to present, initially, the obstacles that involve the social roles attributed to them as women and peasants. Then, we turn to the sphere of female labor, understanding the gender division of labor in the peasant world in question, highlighting the working hours of these peasants both in the reproductive sphere and their active participation in the productive sphere. This work, in both spheres, is not recognized, which tends to undermine the autonomy of these women, often depriving them of access to some type of monetary gain. Finally, we will analyze the forms of "agency", or even, the forms of daily resistance, that is, the strategies that these peasants adopt to obtain a certain autonomy, economically above all, in this space marked by hierarchies and gender inequalities. These resistances occur through the manufacture and sale of grocery stores, a compilation of products linked to the so-called female sphere of work, which enables the women of Rincão dos Alves to position themselves as active agents and income generators.

Keywords: Gender. Peasants Women. Work. Agency.

¹ A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Considerações Iniciais

As teorias de gênero se encontram, ainda, muito perpassadas por uma ótica urbana e, nesse sentido, compreendemos a necessidade de trazer, para esses estudos, contextos que abarquem outras experiências relacionadas ao "ser mulher". Desse modo, buscamos apresentar o cotidiano de trabalhadoras rurais da comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, região central do Rio Grande do Sul. Jaguari foi destino de imigrantes europeus entre os anos de 1888 a 1906. A comunidade de Rincão dos Alves, em específico, é formada por homens e mulheres brancos/as, descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses que reivindicam para si diferentes sinais adscritivos (Barth, 2000), reconhecem-se e são reconhecidos como tendo "origens" étnicas diferenciadas.

A organização desses/as colonos/as se relaciona à lógica do campesinato, compreendido, neste artigo, conforme Ellen Woortmann (1995), o qual tendo como base a família, caracteriza-a não apenas como um sistema de produção, mas, também, como instituição e valor. Estando inseridas na lógica da agricultura familiar, em propriedades que possuem em média 25 hectares, a principal fonte de renda das famílias da comunidade de Rincão dos Alves, passou a ser, nos últimos 20 anos, a fumi-cultura⁴. Na perspectiva desses/as, a fumi-cultura se apresenta como a atividade mais rentável neste momento.

Essas camponesas fazem, ainda, parte do coletivo "Grupo de Mulheres - Amizade", projeto vinculado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio Grande do Sul (Emater-RS). Esse coletivo propõe oficinas de artesanato e culinária, com o intuito de manter a saúde mental e proporcionar algum lazer e bem-estar a essas camponesas, produzindo espaços de sociabilidade. São 11 mulheres de diferentes faixas etárias, tendo de 25 a 71 anos, que participam do projeto na comunidade de Rincão dos Alves. São elas que definem "onde" e "o que" deve ser aprendido por meio dos encontros. Esse trabalho sempre foi realizado por extensionistas rurais mulheres, servidoras da Emater-RS.

Para a realização da presente pesquisa, optamos pela abordagem etnográfica, compreendida de acordo com Fonseca (1998, p. 58), como "ciência, por excelência, do concreto", tendo como ponto de partida a "interação entre pesquisador e seus objetos de estudo, 'nativos de carne e osso'". Ou, ainda, compreendida enquanto uma forma de operar, como destaca Magnani (2009), na qual o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, seguindo-os até onde seja possível, numa incessante relação de troca, comparando suas próprias teorias com as deles. Tendo realizado a pesquisa entre os anos de 2018 e 2019, temos o intuito de compreender o trabalho feminino nesse contexto e as formas de agenciamentos cotidianos adotadas por essas trabalhadoras

rurais. A inserção em campo foi feita por uma das autoras do presente artigo, que, inicialmente, dirigiu-se à casa dessas camponesas explicando-lhes o objetivo do estudo e solicitando-lhes o consentimento para acompanhar o cotidiano vivenciado por elas. As mulheres, unanimemente, disponibilizaram-se a participar e, inclusive, comentavam a importância da pesquisa para que as pessoas conhecessem suas rotinas, que não se limitam apenas ao espaço doméstico. Decidimos manter em sigilo suas identidades, evitando, desse modo, expô-las ou causar-lhes algum tipo de constrangimento. Foram, ainda, realizadas entrevistas e conversas informais.

Partindo disso, compreendemos que a falta de reconhecimento do trabalho feminino no mundo camponês fomenta as desigualdades de gênero presentes em Rincão dos Alves. Salientamos, assim, a importância de destacar a jornada laboral dessas mulheres, compreendendo que tais desigualdades só serão, finalmente, minimizadas com o pleno reconhecimento do trabalho das mulheres, não apenas na esfera produtiva, mas, sobretudo, no espaço reprodutivo e também familiar. Então, é nas práticas cotidianas que as mulheres camponesas da comunidade de Rincão dos Alves buscam minimizar essas relações desiguais, tentando ressignificar o seu papel, mostrando-se como agentes ativos e geradores de renda. O conceito de agência é, neste artigo, compreendido conforme a antropóloga Sherry Ortner (2007), a qual defende que essa noção estaria ligada à subjetividade, na qual os indivíduos internalizam, parcialmente, os códigos culturais, mas, também, refletem sobre, externalizando-os e podendo, assim, criar um viés cultural diferente daquele que lhes foi apresentado.

Em um primeiro momento, procuramos apresentar as vivências e os percalços das trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves frente a um contexto ainda marcado pelas desigualdades de gênero. Em seguida, buscamos entender como essas desigualdades se manifestam na divisão sexual do trabalho, entendida como uma violência simbólica que se estrutura por gênero e que tende a minar a autonomia dessas mulheres, principalmente, por privar-lhes da divisão justa da renda. Finalmente, destacamos as formas de resistência adotadas por essas camponesas mediante a produção e comercialização das quitandas, o que possibilita acesso a um ganho que lhes garante autonomia e um maior poder de decisão.

Ser "mulher" e "camponesa"

As diferenças de gênero, no mundo camponês, ainda persistem e instauram relações sociais marcadas por posições desiguais entre homens e mulheres. O não reconhecimento do trabalho feminino e a dependência em relação aos homens, tende a minar a autonomia das mulheres camponesas em determinados contextos. Ademais, a posição subordinada do campesinato em

⁴ A fumi-cultura abarca técnicas para o cultivo do tabaco, que ocorre mediante o sistema de integração entre as agroindústrias fumageiras e a agricultura familiar, seguindo a lógica do agronegócio brasileiro, ou seja, sendo direcionada ao mercado mais amplo e a exportações de *commodities*.

relação ao mundo e ao modo de vida urbano desqualifica e estigmatiza a identidade dessas mulheres perante a sociedade. Assim, buscamos refletir acerca da vivência das camponesas de Rincão dos Alves, a qual se encontra perpassada por esses inúmeros desafios. Para tal, partimos da perspectiva de Linda Nicholson (2000), que questiona a noção universalizante de "ser mulher" e afirma que é fundamental compreender mulheres em contextos específicos, levando em consideração a historicidade na qual estas se encontram envoltas. Optamos também por conhecer mais detalhadamente a trajetória de algumas dessas trabalhadoras.

Nos espaços urbanos, as mulheres camponesas são estigmatizadas, pois o mundo rural e, conseqüentemente, quem nele vive, são considerados como "culturalmente inferiores", "mais atrasados" em relação ao modo de vida urbano e aos seus habitantes. Bourdieu (2006), em seus estudos com camponesas/as no Sudoeste da França, fala-nos sobre o corpo "encamponizado" ("em-peasanted"), o qual carrega traços tanto das atividades quanto das atitudes associadas à vida rural. Em Rincão dos Alves, as mãos calejadas e a coluna curvada, manifestam a desgastante rotina de trabalho e esse fato se evidencia, por exemplo, na fala de uma camponesa: "Aqui é mais puxado, não é que nem na cidade (...) Se tu olhar pra uma pessoa da cidade e do interior, tu vê a fisionomia diferente, né? Tu envelhece mais rápido né? Não é que nem na cidade". Desse modo, quando se dirigem ao núcleo urbano do município, essas camponesas buscam minimizar qualquer aspecto que remete à campesinidade. Limpam as mãos constantemente, visando amenizar as marcas do trabalho com a terra, usam as suas melhores roupas, buscando evitar olhares constrangedores. No entanto, partindo da perspectiva de Bourdieu (2006), essas tentativas muitas vezes são em vão, visto que a campesinidade se encontra inscrita na corporalidade desses sujeitos.

Entretanto, como defende Maria de Nazareth Wanderley (2009), entendemos a necessidade de compreender o rural e o urbano por meio de suas relações de complementariedade e interdependência. Rural e urbano abarcam modos particulares de utilização de espaço e de vida social, sendo contextos que se interligam mutuamente (Wanderley, 2009). Um exemplo dessa interligação em Rincão dos Alves é o deslocamento utilitário de donos de pequenos comércios (homens, brancos, com maior grau de escolarização) em busca de produtos confeccionados nesses espaços, principalmente, aqueles advindos do trabalho feminino. Nessas idas ao interior do município, são adquiridos ovos, queijos, verduras, frutas e outros produtos que serão, posteriormente, revendidos na cidade e, conseqüentemente, consumidos por moradores/as urbanos/as. Esses serviços demonstram que campo e cidade se encontram numa relação de mão dupla, em que as assimetrias não representam desequilíbrios, mas relações de complementariedade que fomentam as relações de troca (Wanderley, 2009). Essas relações serão melhor compreendidas adiante.

Dito isso, destacamos que as mulheres de Rincão dos Alves se encontram expostas a diferentes formas de opressão, por um lado, por serem camponesas em uma sociedade regida pela lógica urbana e, por outro lado, por serem mulheres em contextos que ainda podemos considerar patriarcal, nos quais há hierarquias diferenciadas para o ser homem e para o ser mulher. As mulheres camponesas dessa comunidade se encontram expostas à autoridade masculina, sendo essa autoridade econômica e simbólica, manifestando-se nas relações sociais que se estabelecem no cotidiano camponês, nas escolhas e no forte controle da sua sexualidade, assim como na administração dos ganhos advindos das atividades produtivas. Desse modo, concordamos com Piscitelli (2009) quando defende a necessidade de explorar situações particulares de dominação, pois as mulheres, por estarem em lugares diferenciados e desiguais em diversas áreas da vida social, não se encontram sujeitas aos mesmos tipos de opressão.

Como tratamos de mulheres camponesas, compreendemos o termo "gênero" conforme a historiadora Joan Scott (1989). Para esta, "gênero" se refere às definições normativas da natureza feminina e aos papéis sociais atribuídos às mulheres. Legitimando e construindo as relações sociais que possuem como base as diferenças percebidas entre sexos, justificando as relações de poder (Scott, 1989). Nessa comunidade as desigualdades de gênero e a conseqüente subordinação feminina ao masculino tendem a ser "naturalizadas". Assim, como salienta Scott (1989), naturaliza-se a dominação do masculino sobre o feminino, pois para além de ser uma construção segura, fixa e fora de qualquer construção humana, essa dominação se apresenta como constitutiva de uma ordem natural e divina.

As camponesas de Rincão dos Alves internalizam essa dominação do masculino sobre o feminino e acabam se submetendo a ela, reproduzindo-a, muitas vezes de forma inconsciente, na educação de suas filhas. Dessa forma, podemos concordar com Bourdieu (2005) quando afirma que a dominação masculina ocorre de forma simbólica, caracterizando-se como uma troca simbólica. Para que essa troca se processe, é necessário que ambas as partes (homens e mulheres) tenham as categorias de percepção e de dominação idênticas, ou seja, é preciso que o dominado aplique aos atos do dominante as estruturas de percepção que sejam as mesmas que o dominante utiliza para produzir tais atos (Bourdieu, 2006). A dominação masculina se caracteriza, nesse sentido, como uma dominação simbólica que é, ao mesmo tempo, sofrida sob pressão e aceita por meio do reconhecimento ou da obediência (Bourdieu, 2005).

A comunidade de Rincão dos Alves era, no passado, uma antiga sesmaria, que, pela via do casamento, foi sendo adquirida pelos filhos dos colonos⁵. Essas terras estão, há alguns anos, sob a gerência das mesmas famílias e são passadas de geração em geração por meio do sistema de herança. Esse sistema de herança se baseia na hierarquia familiar que se constitui como um dos grandes fomentadores das desigualdades de gênero em

⁵ Falamos em filhos, no masculino, pois a terra e a posse da propriedade ainda permanecem ligadas à figura do homem.

Rincão dos Alves. Conforme observado por Paulilo (1987) em seus estudos, no espaço por nós pesquisado, a hierarquia também se organiza por gênero e geração. Reservando às mulheres a posição de subalternidade, legitimando a desigual distribuição da herança entre filhos homens e filhas mulheres.

Em Rincão dos Alves, a maioria das camponesas herdou a terra em pé de igualdade com os irmãos homens. No entanto, observamos casos de mulheres que foram excluídas dessa divisão, havendo tentativas de compensação, que, na grande maioria das vezes, não são equivalentes em termos financeiros. É comum nessa comunidade que as mulheres excluídas da herança recebam cabeças de gado, automóveis e quantias em dinheiro, visando minimizar a perda da terra. No entanto, as camponesas possuem consciência dessa disparidade, e essa exclusão tende a minar a coesão do grupo familiar, mantendo, por vezes, ressentimentos. Em suas falas, as herdeiras destacam esse reconhecimento da distribuição desigual da terra, afirmando que trabalharam tanto quanto os irmãos homens na propriedade dos pais, assim, deveriam herdar a terra igualmente. Entretanto, mesmo havendo consciência das trocas desiguais, elas acontecem por decisões familiares que, em muitos casos, apresentam-se muito desvantajosas para as mulheres.

É importante destacar que os/as camponeses/as dessa comunidade possuem conhecimento sobre o Código Civil, que estipula a filhos homens e filhas mulheres o mesmo direito à herança. No entanto, conforme Zanini e Santos (2013) também observam em suas análises, a assimétrica distribuição da herança no mundo camponês, especialmente aquele de origem italiana, é permeada por todo um contexto histórico, econômico e simbólico, perpassado por regras locais dotadas de uma lógica própria, que legitima a exclusão de mulheres na partilha da terra. Isso é identificado, também, por Moura (1978), quando analisa a unidade de trabalho familiar camponesa e a divisão sexual do trabalho no interior de Minas Gerais. Para essa autora, tal exclusão se dá pela posição da mulher dentro da unidade familiar, restrita à casa, enquanto trabalho que ocorre na terra é visto como masculino, assim como as negociações que se relacionam tanto a esse âmbito, quanto à propriedade em si (Moura, 1978).

Em Rincão dos Alves, observa-se o mesmo cenário em que a administração da terra e de sua produção é concebida como pertencente ao mundo "dos homens". No entanto, herdar a terra não garante às mulheres a gerência da mesma que, na grande maioria das vezes, passa a ser administrada pelo homem. Se forem casadas, essa figura é representada pelo marido. Isso ocorre, como afirma Paulilo (2003), porque a propriedade da terra está muito mais ligada ao homem do que à mulher. Já as mulheres que não herdam a terra possuem acesso a ela apenas pela via do casamento, o que tende a minar ainda mais a autonomia dessas camponesas e colocá-las em uma relação de constante dependência do marido, de irmãos ou da família extensa, em casos de mulheres solteiras não herdeiras.

Outra questão vislumbrada em nosso trabalho de campo é que essas mulheres são, na grande maioria das vezes, infantilizadas. São denominadas comumente como "filhas de", "esposas

de" ou "irmãs de". As camponesas pesquisadas não possuem os meios para adentrar nos espaços públicos e, quando o fazem, necessitam do aval masculino. Em Rincão dos Alves, a grande maioria das mulheres não possui carteira de motorista e nem acesso à conta bancária. Quem administra os ganhos advindos, principalmente da fomicultura, são os homens, visto que o âmbito produtivo é considerado um espaço de domínio masculino. Como demonstrou Piecha (2020), em sua análise com camponesas na região central do Rio Grande do Sul, no sistema de integração proporcionado pela agroindústria fumageira, a mulher se torna invisível. Conforme destaca a autora, toda a negociação é feita com o marido, quem assina a documentação e firma o contrato é o homem e, quando o assistente técnico se locomove até a propriedade familiar, é pela figura masculina que ele solicita. Desse modo, a mulher não participa, diretamente, das decisões acerca da produção do tabaco, no entanto, participa ativamente da sua cultura e de todo o trabalho que demanda (Piecha, 2020). Para além, em Rincão dos Alves, são os homens os filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, estando as mulheres, suas esposas, como dependentes, assim como os filhos. Nesse sentido, concordamos com Brandão (1994), quando afirma que o espaço público no mundo camponês tende a ser, para as mulheres, mediado pelo marido.

Ademais, as desigualdades de gênero se intensificam no mundo camponês, devido à desvalorização do papel social das camponesas, assim como em virtude do não reconhecimento (jurídico, social e cultural) do seu trabalho. Sendo, em Rincão dos Alves, os papéis de gênero fortemente delimitados, a identidade das mulheres camponesas é centrada em seus papéis de mãe e esposa, o que estrutura, conseqüentemente, suas funções, como foi observado também por Silva (1988) no interior de Minas Gerais.

No contexto da agricultura familiar, todos os membros da família se empenham em relação ao trabalho realizado no âmbito produtivo, no entanto, são as mulheres as que mais se sobrecarregam na dinâmica de trabalho estabelecida no cotidiano camponês. São elas que dão conta da manutenção da rotina camponesa, sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelas que envolvem o cuidado, assim como se encarregam pela dinâmica que se estabelece no entorno da residência. Essas camponesas estão, constantemente, conciliando o trabalho da roça com o trabalho da casa em uma incessante bricolagem de funções que tende a sobrecarregá-las.

Todos esses desafios cotidianos acabam acarretando a migração das jovens camponesas para os núcleos urbanos. Essa migração tem como motivação a desvinculação da autoridade paterna, que se manifesta de maneira mais significativa sobre as jovens mulheres, a continuidade dos estudos, visto que o acesso à escolarização é uma das grandes problemáticas da população rural dessa comunidade e, ainda, a busca por emancipação e maior autonomia, tanto no que se refere ao âmbito econômico quanto ao social. Na pesquisa de campo, constatamos que algumas interlocutoras não vislumbram com bons olhos essa saída e remetem-na à falta de interesse ao modo de vida camponês. Outras, no entanto, compreendem

dem que essa é uma das possibilidades de ascensão social, pois observam a falta de investimento do Estado em políticas públicas para a permanência dos jovens nos espaços rurais.

No entanto, essas barreiras de gênero e desafios cotidianos tendem a ser, timidamente, rompidos. As mulheres de Rincão dos Alves afirmam, por exemplo, que sabem dirigir o trator, mas, normalmente, quem o faz são os homens. Essa inserção em funções ditas masculinas pode ser justificada pela diminuição da prole familiar, acarretada pela modernização da agricultura. No entanto, questionamos se a modernização contempla, de fato, essas camponesas, visto que a forte inserção do agronegócio nessa comunidade, principalmente, por meio das agroindústrias fumageiras, é baseada na precarização das condições de trabalho e na exploração predatória da propriedade. Para além, essa inserção tende a modificar modos de vida e costumes, pois, segundo as camponesas, quando há muito trabalho a ser realizado, devido às demandas impostas pelas agroindústrias, elas usam agrotóxicos em suas próprias hortas, rompendo, desse modo, com a lógica de cuidado com a alimentação da família. A terra, o trabalho e a família são constituintes da identidade dessas camponesas, e o agronegócio tende a violar esses valores.

Um marco fundamental para as camponesas da comunidade de Rincão dos Alves é o acesso à aposentadoria rural, resultado da Constituição de 1988, quando o Estado reconheceu essas camponesas, também, como trabalhadoras rurais. Após os 55 anos de idade, elas possuem direito à aposentadoria e isso é, na perspectiva delas, uma grande conquista ou, ainda, um direito que deve ser mantido "depois de uma vida de trabalho". Em nenhum momento, a possibilidade de se aposentar remete ao findar da rotina laboral, mas, sim, a diminuir o ritmo e, na grande maioria dos casos, a abandonar a fumaicultura, pois a aposentadoria se transforma em uma garantia de sustento, não sendo mais necessário que a família se submeta à penosidade do trabalho na cultura do tabaco. Isso bem se visualiza na fala de uma camponesa: "trabalhar a gente vai trabalhar né, não vai parar, mas não com aquele compromisso que a gente tinha que ter", referindo-se às imposições geradas pelo contrato com a agroindústria. Outro fator benéfico do acesso à aposentadoria é que esta garante a essas camponesas vivenciar a velhice de uma maneira mais estável. As preocupações com as eventuais mazelas são frequentes e, com esse ganho mensal, buscam investir em sua saúde e bem-estar.

Vale afirmar, no entanto, que esse movimento do Estado de reconhecer essas mulheres como trabalhadoras rurais não contribui para o reconhecimento do trabalho feminino dentro do núcleo familiar. Concordamos com Esmeraldo (2013), que estudou a vida de camponesas na região Nordeste do Brasil, e observou que esse reconhecimento é perpassado por contradições, pois, ao mesmo tempo que é positivado publicamente, no espaço privado não é valorizado, visando à manutenção da ordem moral e da autoridade entre o casal.

Zanini e Santos (2013, p. 95) complementam essa ideia e afirmam que o homem é aquele que usufrui da autoridade dentro do núcleo familiar, sendo assim, há uma forte relação de poder dentro desse espaço, no qual "a autoridade masculina

se justifica como uma forma de manutenção da coletividade e, ainda, como um instrumento para neutralizar as divergências e tensões no seio da família". Porém, é válido afirmar que "tal visão contribui para naturalizar as desigualdades de gênero", como sustentam as autoras. Segundo elas, que estudaram especialmente o campesinato de origem italiana no Rio Grande do Sul, é "essa desigualdade que nos permite também entender a distribuição dos bens materiais no seio da família" (Zanini; Santos, 2013, p. 95). Sobre essa divisão desigual dos bens que se justifica, também, pela divisão sexual do trabalho e sobre a consequente desvalorização do trabalho feminino, trataremos a seguir.

"O serviço que não aparece" e a divisão sexual do trabalho

Para os/as descendentes de imigrantes europeus, o trabalho se mostra como um importante valor que os/as sentenciam e os/as distingue do restante dos/das trabalhadores/as rurais, apresentando-se, primeiramente, como a principal via de reprodução da condição camponesa, mas, também, como uma ordem de mundo, sendo compreendido, ainda, como "virtude étnica", atrelada aos tempos da colonização europeia (Seyferth, 1999). No contexto genérico da agricultura familiar, todos os membros da família se empenham para a execução das atividades agrícolas. No entanto, a família se caracteriza como um todo hierarquicamente organizado (Woortmann, 1995) e essa hierarquia delimita os papéis e as funções dos seus membros.

Durante a interação etnográfica, quando relatavam sobre as suas rotinas, as mulheres de Rincão dos Alves comparavam o corpo à uma máquina, isto é, um corpo acostumado ao trabalho, submetido desde muito cedo a uma socialização disciplinada para este e estando, até o dado momento, exposto a uma jornada laboral contínua e incessante. Trata-se de um corpo disciplinado (Foucault, 1977). Mesmo com dores, o trabalho não cessa e o corpo não para e, assim, essas camponesas aprenderam a conviver com os desconfortos acarretados por suas rotinas extenuantes. Para sanar essas mazelas, aderem a produtos naturais, em sua maioria, confeccionados por elas mesma, com o uso de cachaça, ervas, banha de porco e afins, mas, também, apelam a benzeduras e essências consideradas "benzidas", visto que a religiosidade entre essas mulheres é extremamente forte.

A divisão sexual do trabalho no mundo rural se organiza conforme a hierarquia familiar, estruturando-se por gênero e geração. Além disso, como os papéis de gênero são fortemente delimitados nesse contexto, o que é "coisa de homem" e o que é "coisa de mulher" é rigorosamente demarcado, se manifestando nas posições ocupadas dentro da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, temos como base a perspectiva de Danièle Kergoat (2009), quando constata que a divisão sexual do trabalho ocorre por meio de uma legitimação que relega ao sexo biológico as práticas sociais e, assim, os papéis sociais. Já Hirata e Kergoat (2008) afirmam que, para compreender a divisão sexual do trabalho, é preciso compreender como a sociedade utiliza essa

diferenciação para hierarquizar as desigualdades e, também, os sexos, criando um sistema de gênero. Kergoat (2009) explica, ainda, que a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores. Um desses princípios é o de separação, o qual designa quais trabalhos são destinados aos homens e quais são destinados às mulheres. O outro princípio se relaciona à hierarquização, quando socialmente se considera que o trabalho masculino possui mais valor do que o trabalho feminino. O trabalho masculino, voltado ao mercado e gerador de renda à família, seguindo a lógica patriarcal do "homem provedor", é, nesse contexto, valorizado. É o homem que determina o funcionamento da propriedade, do trabalho em si e, conseqüentemente, é este que administra os ganhos que advêm da cultura do tabaco.

Enquanto isso, o trabalho realizado pelas mulheres, ligado à reprodução cotidiana da família, tende a ser desqualificado, visto como secundário. Em Rincão dos Alves, são as mulheres as principais responsáveis pelas funções que envolvem o cuidado, tanto da casa, das crianças e dos idosos, como dos maridos, sendo esta última considerada, inclusive, em alguns cenários, a principal função da mulher camponesa (Woortmann, 1995). São as mulheres, ainda, as responsáveis pelo âmbito doméstico, pela manutenção da rotina familiar camponesa, garantindo alimentação, vestimentas limpas, entre outras necessidades voltadas ao consumo dos demais membros da família. Para além, no cotidiano camponês em questão, há uma dinâmica que se desenvolve no entorno do espaço doméstico, como o cuidado com a horta e com os animais de pequeno porte e a atividade leiteira – consideradas de domínio e responsabilidade feminina. Nesse sentido, concordamos com Kergoat (2009), quando a autora destaca que a divisão sexual do trabalho possui como característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, designando, aos primeiros, desse modo, a ocupação das funções de forte valor social agregado (Kergoat, 2009).

Como afirma Silvia Federici (2017), em sua análise sobre a destruição de saberes tradicionais ao longo da história, o trabalho reprodutivo, realizado, majoritariamente, por mulheres, foi, desde a ascensão do capitalismo, considerado como um "não-trabalho" e isso perdura até os dias de hoje. Quando relatavam sobre sua rotina laboral, algumas camponesas de Rincão dos Alves declaravam: "todo o dia que a gente acorda é a mesma coisa e é um serviço que não aparece". Essa frase, em nossa perspectiva, esboça de maneira nítida a condição de trabalho às quais as mulheres camponesas dessa comunidade se encontram expostas. Por um lado, quando afirmam que "todo o dia a gente acorda e é a mesma coisa", referem-se a sua responsabilidade diária com a manutenção da rotina camponesa, dando conta do pleno funcionamento do âmbito doméstico visando contemplar a demanda do restante da família. Por outro lado, quando afirmam que esse "serviço não aparece", apontam à invisibilidade e à falta de reconhecimento do trabalho feminino. Essa desvalorização é tão profunda que acaba sendo interiorizada por essas camponesas e externalizada em suas falas como "serviço" e não como aquilo que de fato é, "trabalho".

Ademais, é de suma importância afirmar que as mulheres camponesas participam ativamente das atividades desenvolvidas

no âmbito produtivo. Quando indagadas sobre a sua participação nesse espaço, as mulheres salientavam que "na roça a gente pega parêlho com os homens". Porém, no imaginário dessas famílias, as mulheres executam o trabalho considerado "leve" ou, ainda, de menor importância. Entretanto, observamos que essa ideia é equivocada, pois conforme uma interlocutora destaca, "com uns 10 anos eu ia arar com os bois, ia dependurada no arado, mas ia". O trabalho na roça, principalmente, o arar, que requer força, é visto como uma função masculina, no entanto, desde os relatos memoriais às práticas cotidianas, as mulheres se encontram expostas ao trabalho "pesado", apesar de não serem reconhecidas por este. Desse modo, usufruímos da análise de Paulilo (1987), que, em seus estudos, constatou classificações de trabalho dentro das famílias camponesas. O trabalho dito "leve" seria aquele executado por mulheres e crianças. Já o trabalho classificado como "pesado" seria aquele executado, majoritariamente, pelos homens. Concordamos com Paulilo (1987) quando afirma que tanto homens quanto mulheres executam funções pesadas no cotidiano camponês. Observamos, ainda, que as mulheres participam ativamente de todos os estágios da fumi-cultura, cultura predominante em suas propriedades, tanto no cuidado com as mudas, na plantação, na poda, trato, colheita, secagem e seleção das folhas. Então, contestamos essa ideia de que as mulheres executam funções "leves", mas destacamos que essas camponesas são as principais responsáveis pelas funções marcadas pela monotonia.

A participação feminina na esfera produtiva, passa, por vezes, pelo aval masculino. As mulheres camponesas de Rincão dos Alves afirmavam que sempre perguntavam aos seus maridos sobre a necessidade de elas se dirigirem à lavoura. Dessa forma, pode-se afirmar que a participação feminina no espaço produtivo é mediada pelo marido. Esse fato fomenta a ideia de que o trabalho realizado por essas camponesas junto à atividade produtiva se classifica como "ajuda". Essa classificação foi também analisada por Anita Brumer (1996), em seus estudos com agricultoras na região Sul do Brasil. Para essa autora, de fato, o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito produtivo costuma ser classificado como "ajuda", pois auxiliar o marido seria uma função intrínseca ao ser mulher no mundo rural. Essa noção, aparece, ainda, quando as camponesas de Rincão dos Alves afirmavam que precisavam estar "sempre atrás do marido", referindo-se às idas à lavoura e contemplando, assim, a ideia de que a mulher deve "auxiliar" ou "ajudar" o marido nesse âmbito. Essas formas de desqualificar o trabalho feminino tendem a menosprezar a participação ativa dessas mulheres no âmbito produtivo, sustentando, desse modo, que seja o homem o principal encarregado da administração dos bens, que são, em sua maioria, ditos como familiares, mas, no entanto, na prática, observa-se que é a figura masculina que determina os seus usos e recursos.

Assim sendo, compreendemos que as mulheres camponesas de Rincão dos Alves se encontram expostas a um emaranhado de atividades, pois, normalmente, são elas as primeiras a acordar. Antes mesmo de realizarem a primeira refeição do dia, dirigem-se à mangueira, para a ordenha das vacas. Em seguida,

efetuam o trato dos animais de pequeno porte e, só então, adentram a residência, visando à organização desse espaço, mantendo-o limpo e com a alimentação disponível para o restante da família. Faça chuva ou faça sol, essas funções são executadas diariamente. Por vezes, essas camponesas são as últimas a chegar à lavoura, pois estavam dando conta do trabalho doméstico, da produção do queijo, do adiantamento do almoço, da limpeza das roupas. Esse "atraso" varia de acordo com a função que se estabelece no espaço produtivo. Quando há muita demanda na lavoura, as mulheres acabam abandonando essas atividades cotidianas caras para a manutenção da rotina camponesa e se direcionam à lavoura junto com o restante dos membros da família. Um exemplo disso ocorre na colheita do tabaco, época marcada pela maior exposição ao labor.

Assim, privilegia-se a esfera produtiva (espaço considerado de domínio masculino) em detrimento da esfera reprodutiva, estritamente feminina. O que essas famílias denominam de "trabalho" ocorre na lavoura. Observamos que as mulheres tendem, também, a privilegiar essa esfera. Ademais, as camponesas de Rincão dos Alves afirmavam, em sua grande maioria, a preferência pelo âmbito produtivo, justificando essa escolha pelo fato de que, na lavoura, "o trabalho rende" ou "lá a gente enxerga o serviço". Vale ressaltar, ainda, que outro fator que envolve essa preferência pelo trabalho na lavoura é a solidão e a monotonia atreladas ao trabalho doméstico.

Ainda pela manhã, as mulheres são as primeiras a retornarem da lavoura, direcionando-se à residência visando ao preparo do almoço. Quando retornam, limpam constantemente as mãos, por vezes trocam as roupas sujas e até úmidas resultantes do trabalho na terra. Nesse tempo, conciliam várias funções, como a limpeza das roupas, a confecção do queijo e o trato dos animais. Como não contam com lava-roupas, por exemplo, o tempo despendido com a limpeza das vestimentas costuma ser bastante significativo. Quando o restante da família retorna, é fundamental que o almoço e o chimarrão estejam prontos. Enquanto as mulheres limpam a louça do almoço, os homens tendem a descansar. Dessa forma, constatamos que os momentos de lazer e descanso são mais escassos quando se trata das mulheres. Durante a colheita do tabaco, muitas vezes, as agricultoras afirmavam que sentavam apenas para almoçar, pois o restante do dia era permeado por inúmeras tarefas, nessa articulação entre o trabalho de casa e da roça. Quando todos se dirigem à lavoura, na parte da tarde, as mulheres os acompanham. Lá, o trabalho é realizado em pé de igualdade com os homens.

No final da tarde, as mulheres retomam as funções fundamentais para a manutenção do entorno da residência, como a atividade leiteira e o cuidado com os animais, como galinhas e porcos. Observamos que, na época de colheita do tabaco, essas atividades eram realizadas já sem a luz do sol. Durante a noite, providenciam desde o jantar, as roupas a serem utilizadas pelos

filhos e o marido após o banho, até a cama arrumada para o descanso destes. São responsáveis pela limpeza da louça e pelos cuidados que envolvem o queijo colonial⁶. Desse modo, as mulheres são as primeiras a acordar e costumam ser as últimas a ir dormir. Então, quando se trata do trabalho feminino no mundo rural, fala-se em, no mínimo, uma tripla jornada. Rodrigues (2010, p.72) fomenta essa ideia e afirma que "o trabalho das mulheres rurais está tão ou mais 'para além da dupla jornada' que o das mulheres urbanas", pois "ele ocorre numa jornada contínua, que vai desde o amanhecer até o anoitecer, resultando numa confusão entre as atividades domésticas e produtivas".

Essa extenuante jornada laboral não possui o devido reconhecimento, fazendo com que o trabalho feminino, nesse contexto, seja invisibilizado no conjunto da produção familiar. Essa desvalorização pode ser explicada, conforme constata Paulilo (1987), pois a cultura patriarcal é, ainda, muito persistente nos contextos rurais, estando relacionada à naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e às relações familiares hierarquicamente organizadas que legitimam-se pela divisão sexual do trabalho. Dito isso, concordamos com Paulilo (1987), quando afirma que a hierarquização dos membros da família reflete-se diretamente sobre a hierarquização de suas tarefas e, acrescentamos, que essa hierarquização de tarefas legitima a desigual distribuição dos bens advindos das atividades produtivas.

Entretanto, as camponesas de Rincão dos Alves compreendem que "só quem não faz o trabalho de casa, acha que isso não é trabalho", referindo-se, desse modo, à nula ou escassa participação dos homens nas funções realizadas nesse espaço. De forma unânime, essas camponesas afirmam que gostariam de uma maior participação masculina no "trabalho de casa", visto que "a gente ajuda na lavoura, eles têm que ajudar em casa também". Em um dos encontros do "Grupo de Mulheres – Amizade", espaço no qual a solidariedade perdura, no qual os diálogos abarcam queixas, desabaços e até piadas que, provavelmente, não seriam feitas na presença masculina, as mulheres questionavam: "o que os homens fazem depois que o sol se põe?". Interpretamos essa indagação como uma constatação referente a essa inatividade masculina nas tarefas domésticas que tende a sobrecarregar as mulheres, pois, após o sol se pôr e as atividades na lavoura cessarem, no espaço externo da residência o trabalho feminino ainda perdura. Partindo disso, compreendemos que a divisão sexual do trabalho no campo se caracteriza como uma violência simbólica, conforme Bourdieu (2006), que se estrutura por gênero.

Ademais, em ambas as esferas de trabalho, as mulheres possuem um papel importante, pois na esfera reprodutiva garantem o bom funcionamento da rotina camponesa, que é fundamental para o trabalho que ocorre no âmbito produtivo. Como destaca uma camponesa "se eles não comem [referindo-se aos demais membros da família] não têm força pra lidar na roça" ou,

⁶ O queijo colonial remete ao "saber-fazer" dos imigrantes europeus vindos ao Brasil com o processo de colonização iniciado nos primórdios do século XIX. A sua confecção envolve a mistura do leite com o coalho industrializado.

conforme afirma outra interlocutora, "se não tem quem faça o trabalho de casa, não tem quem faça o trabalho da roça". Assim, consideramos que esses espaços deveriam ser compreendidos como complementares, desvinculando-se da relação de poder que o trabalho masculino exerce sobre o feminino.

Esse reconhecimento do trabalho feminino pode minimizar as desigualdades de gênero e garantir uma maior autonomia a essas trabalhadoras rurais, visto que essa desvalorização implica a distribuição desigual dos bens, mantendo-as na posição de dependência (econômica e simbólica) em relação aos homens. Entretanto, é em seu cotidiano que essas camponesas buscam formas de acesso a algum tipo de ganho e de "poder" e, assim, de autonomia. Usufruímos da perspectiva de Veena Das (2008), quando a autora destaca os agenciamentos cotidianos, isto é, as formas pelas quais as pessoas respondem a determinadas situações de opressão, por meio de práticas cotidianas, reconstruindo tanto as suas relações quanto o espaço que habitam no mundo.

As "quitandas" como agenciamentos cotidianos

As formas de agenciamentos das camponesas de Rincão dos Alves ocorrem no cotidiano, principalmente, no trabalho que executam no âmbito doméstico e seu entorno. Da atividade leiteira, produzem o queijo colonial que comercializam; do cuidado com os animais de pequeno porte, produzem e comercializam ovos e galinhas, sendo que a renda destes produtos pode ser por elas administrada. Já do cuidado com a horta e o pomar, cultivam e vendem verduras, legumes e frutas (frescas e em compotas). Esses produtos são denominados por essas camponesas de quitandas⁷.

Por meio da venda desses produtos, essas mulheres buscam ressignificar seu papel no interior da família camponesa e, de maneira menos nítida, dentro da sociedade. Nesse sentido, buscam demonstrar que podem, também, ser indivíduos capazes de gerar renda, visto que ter acesso ao dinheiro em uma sociedade capitalista pode ser algo de grande significância. Dessa forma, compreendemos essas vendas como uma forma de agenciamento, compreendida aqui conforme Sherry Ortner (2007). Para Ortner (2007), a agência estaria relacionada à resistência. E, assim, caracterizamos essa busca por alternativas frente às relações de poder que perpassam as relações sociais dessas camponesas como uma "identidade de resistência", conforme Castells (1999). Para esse autor, essa forma de resistência é a mais significativa, pois se manifesta contra diversos tipos de opressão (Castells, 1999).

Gillian Hart (1991), em seu estudo sobre trabalhadoras rurais assalariadas em Muda, Malásia, observa que, por serem excluídas da política oficial, as mulheres buscam criar uma possibilidade de ação coletiva. Essa exclusão lhes possibilitava um potencial

emancipatório, segundo Hart (1991), pois enquanto os homens eram contratados como trabalhadores agrícolas individuais, as mulheres trabalhadoras organizavam e vendiam seu trabalho coletivamente, apesar dos esforços dos grandes proprietários de terra para dissolver essa forma de organização coletiva. Essas formas de resistência mais "cotidianas" sofrem, constantemente, tentativas de encobrimento (Hart, 1991). Essas tentativas são comuns quando se relacionam à história e às conquistas das mulheres, por isso, fomentamos a importância de destacá-las.

Analisando as mulheres perseguidas, violentadas e, por vezes, assassinadas na África rural, principalmente, por preservarem os saberes tradicionais e se oporem à inserção do capitalismo em suas comunidades, Federici (2019) defende a necessidade de reavaliação da posição das mulheres e das atividades reprodutivas que realizam tanto para a família quanto para comunidade, prezando pela obtenção de recursos por parte destas, para que as mesmas possam ser independentes dos homens. Em Rincão dos Alves, as quitandas se caracterizam como essa busca por recursos e emancipação.

Essas quitandas surgem de atividades consideradas de domínio e responsabilidade feminina. Em seus estudos, Brumer (2004) afirma que as mulheres são as principais encarregadas pelo cultivo de produtos destinados ao consumo da família, assim como também observou Seyferth (2015) entre camponeses/as do Vale do Rio Itajai-Mirim. Como os produtos são resultado do trabalho e do espaço considerado feminino, essas mulheres possuem autonomia para decidir o destino deles, direcionando-os, em parte, ao consumo familiar e em parte ao mercado, seguindo, desse modo, a lógica do campesinato que tende a comercializar o excedente.

Para Paulilo (2004), essa lógica que faz com que uma parte dos produtos seja usada para o consumo da família e outra para o mercado é o reflexo da dificuldade de se visualizar a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, pois, no campo, não há separação entre unidade familiar e de produção. Ademais, como destaca Brumer (2004), em outros contextos, as vendas feitas pelas mulheres camponesas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, ainda, como se relacionam às atividades domésticas, não são reconhecidas, pois estas tarefas são consideradas como secundárias pelos próprios membros da família em relação às atividades produtivas maiores.

A iniciativa de comercializar esses produtos em Rincão dos Alves aconteceu devido às inúmeras transformações acarretadas pela modernização do campo nos últimos anos nessa comunidade. Com produtos que perderam o valor no mercado, com o fechamento de empresas locais de laticínios, essas famílias buscaram se adaptar, modificando, muitas vezes, suas atividades produtivas. A produção de leite, caracterizada como a principal fonte de renda dessas famílias, deu espaço à inserção da fumi-cultura. Assim sendo, a comercialização leiteira foi abandonada, devido às grandes exigências impostas a essa produção e devido

⁷ As quitandas abarcam alguns produtos que são produzidos e comercializados por essas camponesas, dentre eles se encontram queijos, verduras, doces em compotas, pães, ovos e galinhas.

à dificuldade de conciliar essa atividade com a fumicultura, que foi assumindo o papel de atividade econômica preponderante.

Dessa forma, a atividade leiteira deixou de ser uma função executada por todos os membros da família, retornando ao domínio feminino. Paulilo (2003), analisando a atividade leiteira em Santa Catarina, afirma que esta atividade tende a ser considerada, culturalmente, como uma atividade feminina. Em Rincão dos Alves, atualmente, esse fato se comprova. No entanto, cabe trazer algumas observações sobre essas modificações. Apesar de ser considerada uma atividade feminina, a atividade leiteira, quando gerava renda significativa para essas famílias era, nessa comunidade, administrada pelos homens. Eram eles que frequentavam as reuniões, que negociavam os preços, que administravam o trabalho e, mais uma vez, a renda. Assim constatamos que, quando uma função dita feminina tende a gerar renda, esta passa a ser apropriada pelos homens. Quando a atividade não é mais considerada como potencialmente geradora de ganhos, volta a ser considerada de domínio e responsabilidade feminina. As quitandas são consideradas um trabalho apenas feminino, pois são, pela família, classificadas como uma função secundária.

Os produtos que produzem e comercializam dialogam com a identidade dessas camponesas, por um lado, por se relacionarem ao modo de vida camponês, ao trabalho na terra e aos ciclos de cultivo e, por outro lado, por se relacionarem ao passado ligado à colonização, ainda muito presente no imaginário desse contexto camponês. Então, é por meio dessa produção que essas camponesas autodenominadas de colonas⁸, (re) produzem significados. O principal produto que comercializam é o queijo "colonial", que remete ao "saber-fazer" dos imigrantes de descendentes europeus vindos ao Brasil por meio do projeto de colonização iniciado no século XIX.

A confecção dos produtos da quitanda ocorre, em sua maioria, no espaço doméstico, especificamente, na cozinha. Esse é um espaço considerado feminino, assim sendo, as mãos que elaboram esses produtos também o são. Com cabelos curtos, se opoem à estética de "feminilidade" dominante, e bonés em suas cabeças, na tentativa de evitar a queda de cabelos, enquanto elaboram o queijo, essas camponesas conciliam outras atividades, como a elaboração das refeições, a organização da casa e a manutenção do seu entorno. No entanto, a produção do queijo envolve um cuidado contínuo. Esse produto é lavado algumas vezes, deve ser virado constantemente, para que fique esteticamente aceitável por seus consumidores, além de ficar em um local arejado, para que possa secar. Esse é um trabalho também solitário e monótono, mas muitas das camponesas afirmam que "tem gosto" por fazê-lo, principalmente, por remeter às memórias de seu processo de aprendizagem, seja junto com a mãe ou com a sogra. Desse modo, afirmamos que a produção do queijo colonial em Rincão dos Alves é um "saber-fazer" passado de geração em geração por/entre mulheres.

O escoamento desses produtos se dá pela via da informalidade. O setor informal, sendo definido por meio das normas reguladoras do Estado, relaciona-se às atividades nas quais os processos de produção não se enquadram nos padrões técnicos e legais de regulação vigentes (Dorigon, 2010). Nesse caso, os produtos comercializados pelas mulheres não se enquadram nas normas técnicas de produção, nem nos ordenamentos jurídicos de processamento de produtos de origem animal e vegetal. Essa informalidade permite, como afirma Dorigon (2010), que o mundo doméstico se sobressaia ao industrial, isto é, são as mulheres que possuem a técnica, determinam esse trabalho e os modos de fazê-lo sem imposições externas, na maioria das vezes.

Uma forma de venda desses produtos ocorre em suas idas para o núcleo urbano do município. Quando se direcionam para a cidade, essas mulheres levam consigo suas quitandas, em caixas ou sacolas, muitas vezes, em seus carros, mas, outras, utilizando o ônibus que liga o interior à cidade. Dentre os produtos se encontram queijos, ovos, verduras, legumes, doces de frutas, entre outros. Na cidade, encontram os seus "clientes fiéis", segundo elas. Seriam comerciantes, como donos de açougues e fruteiras, e trabalhadores/as urbanos. Esses clientes adquirem, há muito tempo, seus produtos. Essas relações são marcadas por laços de confiança, solidariedade, reciprocidade e até amizade, envolvendo, ainda, trocas simbólicas e de afeto. Ademais, os produtos são vendidos, mas, muitas vezes, ofertados como retribuição de favores ou trocas, para vizinhos ou parentes que residem nas cidades.

Entretanto, a principal forma de comercialização das quitandas em Rincão dos Alves envolve intermediários, isto é, comerciantes urbanos que adquirem os produtos dessas camponesas e os comercializam em seus estabelecimentos. Alguns desses intermediários dirigem-se até as casas dessas camponesas, oferecendo produtos industrializados e buscando os produtos que elas confeccionam. Assim sendo, essa comercialização ocorre por meio de um sistema de trocas, na qual as mulheres adquirem os produtos dos comerciantes urbanos (especialmente, farinha, açúcar, erva-mate, café) e, ao mesmo tempo, vendem os seus. No entanto, é importante destacar que essa forma de comercialização é marcada por relações de poder bastante díspares. Os preços estipulados pelos produtos industrializados são maiores do que nos mercados locais, tendo sob justificativa a locomoção e seus consequentes gastos. Em muitos casos, esse sistema de trocas é imposto a essas camponesas e, como essa é a principal via de escoamento, elas acabam se submetendo a ele.

Além disso, esses comerciantes tendem a impor às camponesas a forma de confeccionar esses produtos, colocando-as nas lógicas de mercado. Quando adentrava na residência de uma interlocutora, o homem esboçava "tem que colocar mais sal no queijo, gringa. O pessoal tá achando fraco". Essa imposição se justifica pela análise dos consumidores. Afirmamos, assim, que essa troca envolve ciclos curtos de comercialização, abarcando,

⁸ Giralda Seyferth (2011) caracteriza colono como aquele camponês que reivindica para si uma origem étnica diferenciada. O termo "colono" serve, desse modo, como ferramenta de diferenciação, referindo-se aos descendentes de imigrantes de "origem" europeia (SEYFERTH, 2011, p. 410).

principalmente, moradores do núcleo urbano de Jaguari e dos municípios vizinhos.

O fato de essa comercialização se encontrar na informalidade contribui para a manutenção de relações de troca desiguais, pois isso impossibilita que possam negociar preços justos. Os valores estipulados ao queijo colonial se encontram em torno de 12 a 15 reais o quilo. Essas mulheres são as responsáveis por toda a elaboração desse produto, desde a ordenha das vacas (que em Rincão dos Alves é realizada de forma manual), o cuidado com esses animais até a fabricação. Desse modo, concordamos com Menezes e Almeida (2013), em seus estudos sobre a produção do queijo coalho no sertão sergipano, quando afirmam que as camponesas do interior de Sergipe encontram-se "sozinhas", individualizadas, sem liderança e sem organização, sob poder fragilizado. Esse fato se visualiza, também, em Rincão dos Alves. Vale afirmar que, geralmente, os produtos comercializados pelos agricultores/as são desprovidos de valor no mercado e, em Rincão dos Alves, as camponesas naturalizaram essa desvalorização, não negociando seus produtos por um valor significativo. No entanto, é importante destacar que acreditamos que essas trocas, negociações e imposições extremamente desiguais se intensificam pelo fato de ocorrerem com mulheres camponesas.

Essas mulheres não cogitam a hipótese de formalizar essas vendas devido ao alto investimento financeiro que esse processo requer, mas, para além, como esses produtos advêm do trabalho feminino, visto como menos importante, passam a ser dessa maneira também classificados. Essa desvalorização ocorre devido à falta de reconhecimento social do trabalho executado pelas mulheres, principalmente, porque, na perspectiva dessas famílias, não se encontra voltado à produção de bens mercantis que possuem um valor significativo no mercado. No entanto, as mulheres compreendem a importância da entrada desse ganho, por elas denominado de "dinheiro pingadinho", para a manutenção das demandas cotidianas da família.

Esse "dinheiro pingadinho", obtido de forma gradual com as suas vendas mensais ou semanais, sustenta a dinâmica cotidiana camponesa como bem é ilustrado por uma interlocutora: "não é nada, não é nada, mas no fim do mês as contas estão pagas e a despensa está cheia". A venda desses produtos possibilita às mulheres camponesas de Rincão dos Alves terem acesso a bens e serviços aos quais elas foram, por muito tempo, privadas. Esses ganhos são, em sua maioria, utilizados para a compra de mantimentos que essas famílias não produzem, principalmente, os industrializados. Observamos, ainda, que essas mulheres usavam esses ganhos para a obtenção de itens para a casa. Esses itens vão desde eletrodomésticos a móveis, que se relacionam, sobretudo, ao conforto coletivo, como televisores e sofás, ou ao auxílio nas funções a elas relegadas, como fornos elétricos. Esse ganho é utilizado também para satisfazer as necessidades de consumo dos filhos, como a compra de material escolar, vestimentas e materiais de higiene e cuidado, mas também para satisfazer suas necessidades de consumo. Durante a pesquisa, nos foi mostrado um perfume que havia sido adquirido com esse ganho. Porém, observamos que a maioria desses ganhos é

destinado à família coletivamente, reproduzindo a lógica desse campesinato que a considera como um valor extremamente importante e crucial. Assim, concordamos com Federici (2017) quando afirma que as mulheres reproduzem suas comunidades, sobretudo, com seu trabalho e, no caso das mulheres de Rincão dos Alves, também com sua capacidade de gerar renda.

Outra questão vislumbrada foi que os ganhos dessas mulheres são somados ao montante dito familiar. Já em outros casos, há uma forte demarcação no que se refere ao "dinheiro masculino", aquele que vem da fucultura, e o "dinheiro feminino", resultante das quitandas. Neste último, as mulheres possuem maior autonomia no momento de decidir para quais fins esses ganhos devem ser destinados. No primeiro caso, os ganhos obtidos por essas mulheres passam a ser, novamente, geridos pelos homens. Assim sendo, baseamo-nos na perspectiva de Zelizer (2003), o qual afirma que o dinheiro existe fora da esfera do mercado, sendo moldado por fatores culturais, sociais e estruturais. Para essa autora, o dinheiro possui sexo, tendo significados diferentes a partir do gênero que o recebe, utiliza e organiza (Zelizer, 2003). Já em seus estudos, Seyferth (1999) destaca essa disparidade na divisão da renda entre homens e mulheres, afirmando que, nos discursos de camponesas do vale do Itajai-Mirim, prevalecia essa representação da renda familiar em um imaginário ideal de compartilhamento coletivo sob gerência do chefe da família. No entanto, reiteramos que, na grande maioria das vezes, o homem possui o encargo de definir os fins desses ganhos que tendem a privilegiar a propriedade e a reprodução da condição camponesa. É comum que os homens invistam em maquinários, na propriedade, na safra e na quitação de dívidas adquiridas por meio de empréstimos bancários ou com as agroindústrias.

Independentemente dos fins a que esses ganhos são destinados, são as mulheres que possuem o poder de decisão e entendemos que isso se caracteriza como uma forma de autonomia. Para as mulheres de Rincão dos Alves, essa autonomia se manifesta, ainda, no fato de que o homem não passa a ser mais o único mediador do dinheiro e, assim, podem usá-lo para a satisfação de seus desejos de consumo e bem-estar, outrora, muitas vezes, negligenciados. Podemos destacar a noção de autonomia conforme Fisher (2002), quando, em sua análise com trabalhadoras assalariadas, destaca que esta estaria relacionada à possibilidade de participar do orçamento familiar e conquistar liberdade para administrar e satisfazer seus desejos próprios a partir dos recursos obtidos com o trabalho. Já Fernandes e Mota (2014), analisando mulheres no interior do Pará, afirmam que a autonomia estaria ligada à capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não.

Essa comercialização, principalmente quando envolve intermediários, não torna, necessariamente, essas mulheres e seu trabalho visíveis. Compreendemos que apenas o pleno reconhecimento do trabalho dessas camponesas pode lhes garantir uma real autonomia e, assim, findar com as diferenças e desigualdades de gênero que ainda perduram no mundo camponês. O que essas mulheres buscam por meio da comercialização das

quitandas são releituras de si mesmas, colocando-se como agentes ativos e geradores de renda, contribuindo com o bem-estar familiar e usufruindo de bens e serviços fundamentais para a manutenção de uma vida mais digna. Essas vendas ou essas formas de agenciamento podem minimizar tais desigualdades, transpondo, aos poucos, as barreiras fortemente estruturadas pelos papéis de gênero.

Considerações Finais

Visando compreender a dinâmica laboral das mulheres camponesas de Rincão dos Alves, destacamos a constante exposição ao labor, marcado por uma falta de reconhecimento (jurídico, social e familiar). Assim, buscamos, de acordo com os escritos de Linda Nicholson (2000), compreender as especificidades imbricadas nas experiências vividas pelas trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves. Destacamos que ser mulher e camponesa está relacionado a inúmeras dificuldades que não se limitam apenas ao mundo camponês. Por serem camponesas, encontram-se em uma posição de subalternidade em relação ao modo de vida urbano, sendo estigmatizadas. Por serem mulheres, encontram-se perpassadas por inúmeras violências cotidianas, pois o mundo camponês é, ainda, regido por uma forte cultura de cunho patriarcal que tende a privilegiar os homens, reservando a essas mulheres a posição de subalternidade (ou dependência). Assim sendo, reiteramos a ideia de uma dupla opressão sofrida por essas camponesas, que se relaciona a sua posição social subordinada por um duplo aspecto: por serem mulheres em uma sociedade com lógicas patriarcais e por serem camponesas em uma sociedade norteada por uma lógica urbana.

No cotidiano camponês essas mulheres vivenciam inúmeras dificuldades, dentre elas a impossibilidade de acesso à terra, o forte controle sobre as suas escolhas, relações e sexualidade e, para além, essas mulheres se encontram expostas a uma jornada de trabalho extenuante que passa por vezes despercebida, desvalorizada tanto do âmbito doméstico quanto na lavoura. Essa falta de reconhecimento acaba por legitimar a distribuição desigual dos bens dentro do seio familiar, o que, infelizmente, como observado na pesquisa, tende a ser naturalizado.

No entanto, as mulheres de Rincão dos Alves buscam outras formas para se colocar também como sujeitos capazes de gerar renda, tentando, desse modo, ressignificar seu lugar dentro da família e da sociedade. É das atividades consideradas de responsabilidade e domínio feminino que buscam um ganho que pode ser por elas administrado. Como esses/as camponeses/as se reconhecem como colonos/as, ou seja, elegem sinais adscritivos marcando as fronteiras de interação (Barth, 2000), entendem o trabalho como "virtude étnica" (Seyferth, 1999) atrelada aos tempos da colonização. Disso surgem as quitandas, vinculadas ao "saber-fazer" camponês dos/as emigrados/as da Europa, ao trabalho na terra, à produção de alimentos e às origens familiares. Como destacamos, esse ganho possibilita que os homens não sejam mais os únicos intermediários do dinheiro e, apesar de as

camponesas o direcionarem, na maioria das vezes, ao bem-estar da família, a decisão sobre tal direcionamento passa por elas. Compreendemos isso como uma forma de autonomia que tende a romper os papéis de gênero ainda fortemente determinados no mundo camponês.

Referências:

- ANDERSON, J.; HONNETH, A. 2004. Autonomy, Vulnerability, Recognition and Justice. In: CHRISTMAN, J.; ANDERSON, J. *Autonomy and the challenges to liberalism*. New Essays, Cambridge, p. 127-149.
DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511610325.008>
- BARTH, F. 2011. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias de Etnicidade*. 2ª ed. São Paulo, Ed Unesp, p. 185-228.
- BOURDIEU, P. 2005. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 160 p.
- BOURDIEU, P. 2006. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 26, p. 83-92.
- BRANDÃO, C. R. 1994. Parentes e parceiros. In: ARANTES, A. A. et al. *Colcha de retalhos*. 3 ed. Campinas, Edunicamp, p. 115-158.
- BRUMER, A. 2004. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revistas de Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, p. 205-227.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>
- BRUMER, A. 1996. Mulher e desenvolvimento rural. In: PREVESLAU, C.; ALMEIDA, F. Rodrigues; ALMEIDA, J. A. (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento*. Santa Maria, EDUFMS, p. 39-58.
- CASTELLS, M. 1999. *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 530 p.
- DORIGON, C. 2010. O Mercado informal dos produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina. In: V ENEC – Encontro Nacional de Estudos do Consumo/ Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro, 2010. *Anais...* p. 1-20.
- ESMERALDO, G. L. S. 2013. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói, Alternativa, p. 237-256.
- FEDERICI, S. 2019. *Mulheres e Caça às Bruxas: da idade média aos dias atuais*. Tradução: Heci Regina Candiane, 1 ed. – São Paulo, Boitempo, 258 p.
- FEDERICI, S. 2017. *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, Elefante, 460 p.
- FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. 2014. "É sempre bom ter o nosso dinheirinho": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *RESR*, 52. Piracicaba, São Paulo, *Anais...* p. 9-24.
- FISCHER, I. R. 2002. A Participação da Mulher no Orçamento Familiar. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Minas Gerais, 2002.
- FONSECA, C. 1988. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. 1998. In: Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, Minas Gerais, *Anais...* p. 58-78.
- FOUCAULT, Michel. 1977. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 348 p.
- HART, G. 1991. Engendering everyday resistance: Gender, patronage and production politics in rural Malaysia. *The Journal of Peasant Studies*. Vol. 19, p. 93-121. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066159108438472>
- HIRATA; H.; KERGOAT, D. 2008. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. *Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações in-*

- ternacionais. Rio de Janeiro, FGV Editora, p. 263-278.
- KERGOAT, D. 2009. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; FRANÇOISE, L.; DOARÉ, H.; SENOITIER, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP, São Paulo, p. 67-75.
- MAGNANI, J. G. C. 2009. Etnografia como Prática e Experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>
- MOURA, M. M. 1978. *Os herdeiros da terra*. São Paulo, Hucitec, 100 p.
- NICHOLSON, L. 1999. *Interpretando Gênero*. Copyright, Cornell University, p. 53-76. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- ORTEGA, Francisco A. 2008. "Rehabitar la cotidianidad". In: *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 15-69.
- ORTNER, S. B. 2007. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n.28, p. 375-405. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832007000200015>
- PAULILO, M. I. S. 1987. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70.
- PAULILO, M. I. 2004. Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, p.229-252. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100012>
- PAULILO, M. I.; DEGRANDI, A. B.; SILVA M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. 2003. *Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora UFSC, 256 p.
- PIECHA, R. 2020. "O serviço que não aparece": a divisão sexual do trabalho e as formas de agenciamento de mulheres camponesas em Jaguari – RS. Santa Maria, RS. Dissertação de mestrado. UFSM, 169 p.
- PISCITELLI, A. 2009. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia Editores, p. 116-149.
- SCOTT, J. 1989. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 35 p.
- SEYFERTH, G. 1999. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 93 p.
- SEYFERTH, G. 2011. Campesinato e Estado no Brasil. *Revista MANA*, vo. 17, n° 2, Rio de Janeiro, p. 395-417.
- SEYFERTH, G. 2015. Trabalho Familiar, comércio e reprodução social camponesa. In: ZANINI, M. C. C. *Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis*. Oikos, São Leopoldo, RS, p. 9-31.
- SILVA, M. A. de M. 1988. A migração de mulheres do vale do Jequetinhonha para São Paulo: de camponesas á proletárias. *Travessia*, São Paulo, n.1, p. 9-15.
- WANDERLEY, M. de N. 2009. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, ano 17, volume 01, p. 60-85.
- WOORTMANN, E. 1995. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo: Hucitec, Brasília: UnB, 336 p.
- ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. de O. 2013. Colonas Italianas no Sul do Brasil: Estigma e Identidade. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói, Altenativa, p. 89-105.
- ZELIZER, V. 2003. O significado social do dinheiro. In: MARQUES, R., PEIXOTO, J.A *uma nova sociologia econômica: uma ontologia*. Oeiras, Celta. p. 125- 165.

Submetido: 28/09/2020
Aceite: 03/09/2021